

Minha atuação como dirigente do ANDES (1981-1984 e 1987-1988)

Rubens Pinto Lyra

Fundador e ex-dirigente da ANDES.
Professor Emérito da UFPB.

“atuávamos em tempos românticos e perigosos, mas promissores, tendo, constantemente, a ilustre companhia dos serviços de inteligência do governo militar. Foi essa atuação que nos permitiu mudar a face da universidade brasileira, mediante a democratização de sua gestão, e construir um poderoso movimento sindical, autônomo e democrático”.

Trecho do discurso proferido por ocasião do recebimento do diploma de Professor Emérito da UFPB.

ANTECEDENTES: A CAMPANHA XENÓFOBA

Ingressei no campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, no início dos anos oitenta do século passado, em um momento em que essa instituição se encontrava artificialmente dividida entre os professores nativos, e os procedentes de outros Estados, pejorativamente qualificados de “alienígenas” pelos promotores de insidiosa campanha xenófoba. Essa divisão teve como principal fomentadora a coluna Linha Direta, do extinto jornal O Norte, cujo titular era o jornalista Severino Ramos, então Presidente da Associação Paraibana de Imprensa.

A abordagem maniqueísta de Ramos, embasada em ideologia regressivista (1), sempre foi marcada por baixo nível, francamente ofensiva em relação aos professores de fora, que considerava, no seu conjunto, profissionalmente incompetentes, moralmente censuráveis e politicamente oportunistas. Essa “legião estrangeira” estaria levando a cabo a “uma perigosa invasão” (títulos de artigos de Ramos, publicados em O Norte), tendo como objetivo a conquista da Reitoria da UFPB, alijando os paraibanos do controle de sua própria universidade (RAMOS:1982).

Foi nesse contexto de polarização política e ideológica que veio à lume, inicialmente em duas edições domingueiras de O Norte, a artigo de minha autoria sobre o tema: *Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba: o caso da UFPB*. Ele foi republicado pela ADUFPB e pela conceituada revista paulista de Filosofia *Escrita Ensaio* (LYRA:1980), e também em meu livro *Conjuntura social e política* (2)

Após réplica e tréplica de Ramos, publiquei texto, também em O Norte, intitulado *Epitáfio da campanha xenófoba*, em parceria com o professor de Filosofia e ex-Pró-Reitor da UFPB, Rui Gomes Dantas, que representou a última pá de cal nessa campanha (DANTAS e LYRA, 1980)

A repercussão do artigo sobre a xenofobia explica por que, no final de 1980, meu primeiro ano no campus de João Pessoa, tenha sido insistentemente convidado pelas lideranças do movimento docente, à época predominante “alienígena”, a candidatar-me à Presidência da ADUFPB-JP. Não aceitei, achando que o professor José Chasin, reputado teórico marxista, precocemente falecido, era mais qualificado do que eu para o cargo. Fui, então, eleito Vice-Presidente daquela entidade. O professor de Física, Laercio Lozano, testemunhou o convite e a minha recusa.

ATUAÇÃO NA DIRETORIA

Introdução

Em janeiro de 1981, fui escolhido um dos sete delegados da ADUFPB-JP (a segunda maior votação) ao Congresso de fundação da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES), realizado em Campinas (SP) tendo sido eleito, em fevereiro do mesmo ano, Vice-Presidente Regional (PB, PE e RN) para sua primeira Diretoria, liderada pelo saudoso companheiro Oswaldo Maciel. Logo após, renunciei à Vice-Presidência da ADUFPB, para evitar acumulação de cargos.

Particpei também da segunda Diretoria, agora como Suplente da Presidência da ANDES, na gestão de Luis Pinguelli Rosa, brilhante físico nuclear, Diretor da COPPE-UFRJ e, mais tarde, Presidente da Eletrobrás, no primeiro governo de Lula. Após um intervalo de dois anos, participo, pela terceira e última vez, da Diretoria da ANDES, desta feita presidida



por Newton Lima Neto, posteriormente Presidente da ANDIFES e Reitor da Universidade de São Carlos, sendo Prefeito, por duas vezes, dessa cidade, além de Deputado Federal.

Nessas três Diretorias, tive outros companheiros de maior expressão, com Aluisio Mercadante Oliva, que dispensa apresentação; Antonio Ruiz Ibáñez, ex-Reitor da UNB; Mirian Cardoso Limoeiro; Renato Ortiz e Wolfgang Leo Maar, destacados docentes na área de Ciências Humanas; Ari Fernandes, ex-Secretário de Finanças de Campinas, além de sete ex-presidentes da ANDES, como Carlos Eduardo Baldijão, professor da USP; Maria José Ribeiro, uma das Diretoras, no governo Itamar, do MEC; Renato de Oliveira, Secretário de Tecnologia no Governo do Rio Grande do Sul; Sadi Dal Rosso, da UNB e Márcio Antonio de Oliveira, recentemente falecido.

Lembro-me que, em uma determinada ocasião, comentava com os companheiros Diretores dessa entidade que o nosso fórum de discussão política fosse talvez o mais importante do Brasil. Receberam esse comentário com alguma surpresa, mais tarde compreenderam melhor essa assertiva.

Na época, não nos apercebemos que estávamos constantemente vigiados, até o final do processo constituinte, pelos órgãos de informação do regime militar. No meu caso, foi o Serviço de Inteligência do Ministério da Aeronáutica que acompanhou e documentou todos os meus passos como dirigente da ANDES, especialmente minha atuação na Constituinte, como um dos três representantes dessa entidade nos contatos com os parlamentares que a compunham (DIAS: 2021, p.197) e a divulgação de meus artigos sobre o tema.

Aspectos político- institucionais da ANDES

Não se deve confundir a ANDES com “o ANDES”, tendo este sido o seu sucedâneo. A entidade, nas Diretorias de que participei, não era sindicato (nós éramos, contudo, sindicalistas de fato) e ela, relutou durante certo tempo, a sê-lo formalmente, em virtude dos vínculos com a institucionalidade que surgiriam necessariamente na sua metamorfose de associação a sindicato (NAVARRO: 2021: p.225-234).

É preciso lembrar que a ANDES foi uma das mais importantes expressões das novas formas de organização gerada nos anos oitenta do século vinte, radicalmente distinta do sindicalismo cupulista do período anterior à ditadura militar e do sindicalismo pelego, dominante durante a sua vigência.

Genuíno produto de democracia direta, foi criada por deliberação de milhares de professores universitários, nas dezenas de assembleias realizadas em janeiro de 1981. Os delegados aos Congressos da ANDES estavam totalmente vinculados às decisões das AG’s locais, sendo o seu mandato imperativo, sem a autonomia própria dos mandatos da democracia representativa.

Em folheto intitulado *Algumas questões centrais para o movimento docente* opus-me à tese, defendida no âmbito da Diretoria da ANDES, pela modificação do estatuto da entidade. Pretendia-se, por razões supostamente financeiras, criar uma Diretoria restrita, tendo o seu núcleo decisório composto majoritariamente por colegas do sul. Dela ficariam excluídos os Vice-Presidentes Regionais, com evidente prejuízo da representatividade para as demais regiões do país. Essa mo-

dificação estatutária felizmente não prosperou (LYRA, 1983, p.17-18).

Outra tese vitoriosa por mim defendida foi a das eleições diretas para a Diretoria da ANDES, tendo eu publicado artigos a respeito nos periódicos da entidade nacional dos docentes (LYRA:1982). Igualmente vitoriosa foi tese que denominei, em uma boutade, de “dispositivo anti-pelego”, pela qual me empenhei: a da cláusula estatutária que impede uma segunda eleição para mandato consecutivo, evitando um indesejável continuísmo, tão em voga em muitas entidades da sociedade civil no Brasil. Incorporei essa cláusula nas demais entidades de que fui fundador (conselhos, ouvidorias, associações de ouvidores etc).

Outra característica das Diretorias da ANDES foi sua total independência em relação aos partidos, única relação compatível com os conceitos de autonomia e democracia, pilares em que deve se basear a atuação da entidade. Em entrevista concedida a Marcelo Ridenti, sociólogo e ex-Secretário Geral da Associação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), procurei mostrar que a filiação da maior parte dos dirigentes da ANDES no PT não significou, em nenhuma oportunidade, incorporação das teses daquele partido ou alinhamento político-partidário. *Ipsis litteris*:

“Uma hegemonia petista é indiscutível enquanto afinidade, sensibilidade, ideário, identificação política, radicalidade, concepção democrática e concepção sindical. Mas o partido jamais teve qualquer tipo de ingerência. Alias, nem sei se o PT tinha elaborada alguma política para a universidade. Assim, jamais tive conhecimento de teses especificamente petistas para debate no âmbito da Diretoria e jamais aceitaria quaisquer ingerências de quem quer que seja nas suas deliberações” (RIDENTI:1995, p.63).

QUALIDADE DO TRABALHO ACADÊMICO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS DOCENTES

Dediquei-me, com especial afinco, à crítica à práxis do movimento sindical e a de professores a ele filiados, em relação às questões da universidade e, também, ao autoritarismo, encarnado no corporativismo, no cupulismo e nas diferentes variantes de vanguardismo, presentes no movimento docente e na ANDES.

A primeira dessas críticas é indissociável da minha preocupação com a qualidade do trabalho acadêmico e com a responsabilidade institucional do docente, citada no livro, já referido, de Marcelo Ridenti. Ele as confrontou com concepções que restringem a atuação do sindicato à defesa dos interesses da categoria, assumidas por líderes de destaque do movimento docente, a nível nacional e local, como Silvio Frank Alem (RIDENTI: 1995, p.76-77).

No artigo *Proposta para a Universidade Brasileira*, publicado em 1982, em meu livro *Universidade e Movimento Docente*, denunciei “um estado de semi-anarquia e de laxismo que depõe contra a responsabilidade social de que o professor é portador”, impondo-se, portanto, “preencher os vazios que existem atualmente, por exemplo, no controle do trabalho docente” (LYRA; 1982, p. 74-75).

Fui um dos primeiros dirigentes da ANDES, como assi-

nala Ignez Navarro, a abordar a questão da “responsabilidade social dos docentes”. Navarro reproduziu longo trecho a respeito, onde eu afirmo que essa responsabilidade

“não se esgota nos muros da universidade pública, mas alcança a sociedade que a mantém e a quem ela deve servir. Nessa ordem de idéias, consideramos necessário repensar o relacionamento da comunidade universitária com as forças vivas da sociedade. A luta pela democratização interna das IES não foi acompanhada de um movimento correspondente, no sentido de estimular a participação daquelas forças, nem ao nível das instâncias acadêmicas, nem na definição de programas, metas e conteúdos referentes ao ensino e à pesquisa. Urge a superação desse estado de coisas, que tende a favorecer o desenvolvimento de uma mentalidade corporativa e a formação de uma democracia de elites, da qual participa somente a parcela privilegiada que tem acesso a universidade” (NAVARRO:2001, p.475).

Quarenta e um anos depois, constato que a universidade pouco avançou na matéria.

AUTORITARISMO, VANGUARDISMO E CUPULISMO

Outro foco da minha crítica é o autoritarismo, cuja onipresença no universo social e político brasileiro não pode ser dissociado da influência histórica do que se convencionou chamar, erroneamente, de *socialismo real*. A minha crítica a esse conceito já se dava na época em que poucos militantes e estudiosos do tema o questionavam. Com efeito

“partidos que se reclamam da esquerda abandonaram paulatinamente as preocupações com a participação democrática das massas na edificação do socialismo, construindo de cima para baixo, autoritariamente, sistemas sociais fundamentados na completa negação das mais elementares direitos individuais. Desceram, nesse particular, a um nível bem abaixo de certas sociedades capitalistas, nas quais, a despeito da exploração do homem pelo homem, vigora, na sua plenitude, liberdades, ainda que formais (LYRA:1982, p.81).

Em *Universidade e Movimento Docente*, onde se encontra o trecho acima, constam algumas das minhas principais críticas na matéria, inclusive as referentes ao autoritarismo incrustado na ANDES, a despeito de esta ser, à época, o melhor exemplo de prática democrática de uma entidade vinculada aos movimentos sociais.

Marcelo Ridenti cita algumas dessas críticas, especialmente quando me refiro a uma *“aliança tácita nas universidades entre os “super-militantes” – dirigentes sindicais que incorrem em um vanguardismo político que os separa do conjunto do professorado, e o corporativismo dos professores que não se interessam por qualquer mudança de fundo da vida acadêmica (RIDENTI: p. 80)*.

Avaliando o II Congresso da ANDES, constato que muitos professores medíocres vêem que essa entidade defende os seus salários e não os incomoda: *“então o corporativismo se alia ao vanguardismo. Por tudo isso, a ANDES precisa se empenhar em “quebrar o corporativismo e a hegemonia do clientelismo e do burocratismo nas IES federais”.* (LYRA, mimeo, 1982).

TEXTOS

Durante o meu primeiro mandato, assim como nos dois outros como Diretor da ANDES, escrevi vários artigos e dois livros de interesse direto para as lutas travadas, à época, mencionados nas Referências bibliográficas deste trabalho. O primeiro, em 1982, sobre o movimento docente, pioneiro nos estudos sobre esse tema, e o outro, em 1997, sobre o processo constituinte (LYRA:1987). Dei inúmeras entrevistas e participei de grande número de debates na mídia sobre essas questões.

Nas duas primeiras Diretorias de que participei, privilegiei a reflexão sobre a proposta de reestruturação democrática da universidade brasileira, abordando-a em artigos na imprensa local e nos publicados em *Universidade e Movimento docente*. Na terceira diretoria a tônica foi o processo constituinte, ao qual me dediquei de forma especial, sendo minha atuação estreitamente acompanhada pelos serviços de inteligência e informação do regime militar (DIAS: 1995).

Esses órgãos, de forma para mim surpreendente, super-dimensionaram a repercussão do meu trabalho, ao ponto da Secretaria de Inteligência do Ministério da Aeronáutica afirmar, delirantemente, em documento confidencial, que as teses contidas na *Plataforma Constitucional Unitária para o movimento sindical, da minha lavra, “contemplam as palavras de ordem dos PCs”*. E concluem que *“Essa plataforma, organizando as massas e em lobby, constitui um emergente quarto poder”, tendente a “levar o país a uma inviabilização político-econômica pela adoção de uma Carta Magna corporativista e socializante”* (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA: 1988).

O PROCESSO CONSTITUINTE

Registro episódio, relacionado com as minhas atividades como Coordenador do Comitê Suprapartidário pró-Constituinte na Paraíba, no qual era representante da ANDES, cargo para o qual fui eleito em razão do meu empenho em mobilizar a sociedade civil, com vistas à efetivação de propostas para a Constituição, e pelos textos que publiquei sobre a matéria.

Em março de 1987, esse Comitê organizou, nas imediações do aeroporto de João Pessoa, comício de protesto contra a visita do Presidente José Sarney à Paraíba, em que se reivindicava o encurtamento de seu mandato, em virtude dele não derivar de eleições diretas. Essa manifestação foi considerada ilegal e todos do Comitê que compareceram ao protesto, entre os quais o Presidente da OAB-PB, Veneziano Vital do Rego, foram presos e indiciados em inquérito baseado na Lei de Segurança Nacional (LSN). Mesmo não tendo participado da manifestação em apreço, fui também indiciado como se dela tivesse participado..

Essa atitude arbitrária desencadeou intensa mobilização, de caráter nacional, comandada pelo Presidente da OAB, Márcio Tomaz Bastos, associado ao Presidente da ANDES, Newton Lima Neto, exigindo o arquivamento do inquérito, acima referido. Numerosos parlamentares denunciaram a arbitrariedade cometida contra os membros do Comitê Suprapartidário Pró-Constituinte e endossaram, em abaixo-assinado, esse pedido de arquivamento.

Destaco, em particular, o discurso do venerando sociólogo Florestan Fernandes que, em sessão plenária do Congresso Constituinte, citou-me nominalmente, denunciando o meu indiciamento na LSN, e o dos demais membros do Comitê, exigindo sua revogação (FERNANDES:1988). A força da mobilização contra esse indiciamento obrigou o Ministro da Justiça, Senador Paulo Brossard, a determinar o arquivamento do inquérito, acima referido (BROSSARD:1987).

A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO

Em sua Dissertação de Mestrado sobre o tema da atuação do SNI na comunidade acadêmica da UFPB, a sua autora conclui que *“cerca de vinte documentos tratam direta ou indiretamente das atividades desenvolvidas por Rubens Pinto Lyra”*. Eles trazem dados referentes ao período 1964-1988, sendo que Lyra *“é o mais citado dentre os vigiados pelos órgãos de informação”* (DIAS: 2021: p.197

A despeito da vigilância exercida sobre atividades dos Diretores da ANDES - que somente cessou com a promulgação da Constituição de 1988- é de se estranhar que alentado relatório da Comissão da Verdade da entidade sobre a repressão nas universidades durante o regime militar, elaborado no ano de 2015, não faça qualquer menção a respeito.

A omissão do relatório sobre aspecto de inegável importância para o movimento docente compromete a plena compreensão a respeito do papel dos órgãos de informação naquele período e o alcance de sua ingerência nas atividades da ANDES (COMISSÃO DA VERDADE:2020).

É necessário, para garantia de maior transparência da entidade máxima dos docentes universitários brasileiros, cujo funcionamento deve se pautar pelos princípios de democracia e de autonomia, fornecimento de informações a respeito.

CONCLUSÕES

A ANDES foi, e permanece sendo, um patrimônio sindical de maior importância. As deformações de sua *práxis* democrática não devem inibir a participação dos associados no dia a dia das associações docentes, especialmente através do aprimoramento dos mecanismos de escolha dos delegados de base para as diferentes instâncias da entidade nacional, com vistas ao fortalecimento de sua representatividade.

Disto depende - e não das decisões de cúpula da entidade - que a ANDES, para cuja construção tantos de nós deram o melhor de suas energias, continue sendo uma das organizações sindicais de maior credibilidade e força no sindicalismo brasileiro.

Para tanto

É fundamental revisar permanentemente as experiências do passado na perspectiva de potencializar ao máximo a identidade desse sindicato de intelectuais em seus traços favorecedores da contribuição que pode dar as lutas classistas contra a (des)ordem instalada. Nesse sentido, sua dimensão acadêmica precisa ser posta em prática tanto no que refere à politização de suas próprias bases quanto no diz respeito à elevação da qualidade política das lutas especificamente sindicais dos docentes e dos trabalhadores organizados na CUT (NAVARRO: 2001, p. 779).

Essa reflexão, feita há 22 anos, continua plenamente atual. Cumpridos os três mandatos na Diretoria da ANDES recebi, em outubro de 1988, em João Pessoa, por ocasião do XVIII Conselho das Associações Docentes (CONAD), Homenagem Especial mediante a outorga de Diploma e Medalha de Honra ao Mérito “em reconhecimento a sua contribuição ao movimento docente”.

REFERÊNCIAS

BROSSARD, Paulo. Ainda a violência. São Paulo, Folha de São Paulo, 14.3. COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN. Relatório final de pesquisa: a ditadura empresarial militar nas universidades públicas brasileiras. ANDES-SN, 2020.

DANTAS, Rui e LYRA, Rubens Pinto. Epitáfio da campanha xenófoba. O Norte, DIAS, Maria Elissandra. Vigilância e controle: a atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica na Universidade Federal da Paraíba.1964-1985. Programa de Pós-Graduação em História, CCHLA-UFPB, 2021.

EDITORIAL. Volta a Lei de Segurança. São Paulo, Folha de São Paulo, 16. 3.1988.

FERNANDES, Florestan. Discurso. Assembleia Nacional Constituinte. Sumário. Ano II, nº 209. 19 mar. 1988. Brasília, DF.

LYRA, Rubens Pinto. Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba: o caso da UFPB. Revista Escrita Ensaio. São Paulo, ano IV, nº 8, 1980.

_____. Universidade e movimento docente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1982. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 1982. Quem tem medo da universidade? (série de nove artigos) Correio da Paraíba, maio-jun. 1982.

_____. Constituinte e Constituição: aspectos político-ideológicos do processo constituinte. João Pessoa. Mestrado em Ciências Sociais/ Editora da UPFPB, 1987.

_____. Eleições diretas para a Diretoria da ANDES: uma tese vitoriosa. In: Universidade e movimento docente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1982.

_____. Vigilância e repressão política dos ativistas na universidade: estudo de caso. In: MEMÓRIAS Teoria e prática de um estudioso da política (no prelo).

_____. A ANDES e seu Congresso: uma avaliação crítica. Mimeo, 1982.

_____. Algumas questões centrais para o movimento docente. Trabalho apresentado ao II Congresso nacional da ANDES. Piracicaba (SP), jun. 1983.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. Serviço de Inteligência. 5.6.1988.

NAVARRO, Ignez. ANDES-SN: um sindicato de intelectuais. Cuiabá: ADU-FMAT, 2021.

RAMOS, Severino. Legião Estrangeira. O Norte, 28.6.1980.

_____. Uma perigosa invasão. O Norte, 22.3.1980.

RIDENTI, Marcelo. Professores e ativistas na esfera pública. São Paulo: Cortez, 1995.